



PREFEITURA DE UNAÍ ESTADO DE MINAS GERAIS

Unaí, 26 de fevereiro de 2024

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 010/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2024**

IPIRANGA PRODUTOS DE PETROLEO S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.337.122/0084-54, neste ato, interpor, **TEMPESTIVAMENTE**, conforme dispõe os art. 165 a 168 da Lei 14.133/21, recurso administrativo contra decisão proferida pelo Pregoeiro, acerca da sua desclassificação referente ao **lote nº 01** – Óleo Diesel s500 e lote nº02 - Óleo Diesel s10.

I. DOS FATOS

A recorrente alude que com relação ao Pregão Eletrônico, verifica-se que o Pregoeiro responsável pelo certame em comento, entendeu por desclassificar a empresa recorrente, nos lotes 01 e lote 2, sem, contudo, conceder a chance de sanear erros ou falhas.

Destaca que não merece prosperar a Decisão proferida pelo Pregoeiro que inabilitou a empresa recorrente, sendo que sequer houve lapso temporal que justificasse essa inabilitação, conforme a passará a expor.

SÍNTESE DAS RAZÕES DA RECORRENTE

Com o intuito de concisão na decisão, em face do recurso apresentado na plataforma (www.bnc.org.br), a recorrente destaca a necessidade de esclarecimento acerca da sua habilitação, alegando que a não apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT foi a causa atribuída.

Ademais, argumenta que a invocação do Acórdão 1211/2021 – TCU como justificativa para a apresentação do documento em momento posterior à abertura do certame foi conduzida de maneira desarrazoada.

A empresa recorrida sustenta que não lhe foi concedida oportunidade para corrigir eventuais equívocos ou falhas nos documentos de habilitação que não alterassem sua substância, contrariando a previsão legal que afasta licitantes devido a vícios insanáveis. Durante a



PREFEITURA DE UNAÍ ESTADO DE MINAS GERAIS

sessão, a solicitação da recorrente para o saneamento, fundamentada conforme mencionado acima, não foi acatada.

A recorrente invoca a disposição da Lei 14.133/2021, que estabelece que a fase de habilitação ocorrerá posteriormente à apresentação das propostas. No caso em apreço, os documentos foram anexados no momento do cadastro.

Diante do exposto, evidencia-se que a empresa IPIRANGA PRODUTOS DE PETROLEO S.A está em conformidade com as exigências do Edital para os itens 01 e 02. Requer, assim, a reforma da decisão administrativa que resultou na desclassificação da recorrente no pregão eletrônico, visando a sua habilitação e a adjudicação do objeto licitado.

II. DAS CONTRARRAZÕES

As demais empresas, até o momento, não apresentaram contrarrazões ao recurso em análise.

DA ANÁLISE DO PLEITO

O artigo 5º da Lei 14.133/21 estabelece que a licitação tem por finalidade assegurar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, probidade administrativa, igualdade, planejamento, transparência, eficácia, segregação de funções, motivação, vinculação ao edital, julgamento objetivo, segurança jurídica, razoabilidade, competitividade, proporcionalidade, celeridade, economicidade e desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657/1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Após análise dos documentos de habilitação, identificou-se a falta da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, levando à inabilitação. Ao ser questionada no chat, a parte interessada alegou ter anexado a CND distrital erroneamente.

O recorrente deve ter em mente que a vinculação ao edital é um princípio fundamental em todo o processo licitatório. O edital é o documento central que estabelece as regras para reger o processo licitatório e a contratação pública.

Assim, considerando que a empresa não apresentou a documentação conforme o item 12, linha “d” do edital, não há irregularidade na sua inabilitação. Vale ressaltar que a



PREFEITURA DE UNAÍ ESTADO DE MINAS GERAIS

Lei é clara quanto a isso.

A Lei 14.133/2021 autoriza diligências na fase de habilitação (art. 64, caput e incisos I e II), permitindo a complementação de informações e a atualização de documentos vencidos, mas não autoriza a apresentação de documentos que deveriam constar originalmente na proposta.

Quanto ao Acórdão 1211/2021 mencionado pela recorrida, é importante destacar que o TCU, sendo um órgão de controle, não é vinculante, e a Lei deve ser soberana, especialmente considerando a clareza do art. 155, inciso IV, em relação à ausência de documentação.

Conforme estabelecido pela normativa legal, a fase de habilitação deve suceder à fase de lances. Entretanto, observa-se que a documentação de habilitação é incorporada conjuntamente com a proposta inicial, antecedendo a fase competitiva. A avaliação dos documentos do fornecedor ocorre após o encerramento da etapa de lances, tornando inviável a requisição de apresentação de novos documentos não inicialmente anexados.

Destaca-se que o documento em questão não foi anexado na seção correspondente da plataforma, tampouco em qualquer outra seção. O fornecedor alega ter apresentado um documento divergente do solicitado. Ressalta-se que a responsabilidade pelo envio de toda a documentação recai integralmente sobre os licitantes.

III. CONCLUSÃO

Ante ao exposto, opino pela improcedência do recurso apresentado, mantendo-se o julgamento e habilitação da licitante CIAPETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. Contudo, nada obsta a prevalência de entendimento diverso da Autoridade Competente para decisão do mérito, caso sua convicção seja em sentido diverso.

Encaminhe-se à Autoridade Competente para conhecimento e decisão do mérito da demanda, conforme seu juízo de convencimento, a partir da razão recursal, da manifestação do pregoeiro e em cumprimento ao artigo 165, § 2º da Lei Federal 14.133/2021

Ericlis Yan Fernandes dos santos
Pregoeiro